

# # Cuba e a América Latina no Pós Guerra-Fria: inserção regional e Diplomacia Social

Cuba and Latin America in the Post-Cold War: regional inclusion and Social Diplomacy

MARCOS ANTONIO DA SILVA – UFRN  
GUILLERMO A. JOHNSON – UFGD

## RESUMO

O presente trabalho analisa as relações de Cuba com a América Latina nos anos 90. Para tanto, discute como a Revolução Cubana (e os ideais que exemplificava), apesar da atração que exercia em certos setores, e o contexto internacional (guerra-fria) conduziu a um relativo isolamento diplomático. Em seguida, analisa os impactos, domésticos e internacionais, provocados pela queda do bloco soviético, que determinaram o reordenamento da inserção internacional do país. Finalmente, apresenta a retomada e ampliação dos laços com a região, destacando as principais características e os desafios para sua consolidação.

**Palavras-chave:** Revolução Cubana. América Latina. Integração. Diplomacia Social.

## ABSTRACT

This article treats about the company role in social and economic development, considering the analyses that involves the Corporate This paper examines Cuba's relations with Latin America in the '90s. For this purpose, it discuss how the Cuban Revolution (well as the ideals exemplified), despite the attraction exerted in some sectors, and the international context (Cold War) led the country to a relative diplomatic isolation. It then analyzes the impacts, both domestic and international, caused by the fall of the Soviet bloc, which led to the reorganization of the country's international insertion. Finally, it presents the resumption and expansion of connections with the region, highlighting the main characteristics and challenges for its consolidation.

**Keywords:** Cuban revolution. Latin America. Integration. Social Diplomacy.

## INTRODUÇÃO

Cuba possui uma história singular na América Latina e a Revolução Cubana foi um dos acontecimentos mais significativos da região na segunda metade do século XX. Tal singularidade é derivada da realização de uma revolução nacionalista, que logo se tornou socialista, conduzindo o país a ser uma peça importante no sistema internacional durante a Guerra Fria, enquanto a região era marginalizada na política internacional; e, como consequência, o conflito com a maior potência do planeta que, apesar de sofrer um embargo que já dura mais de quarenta anos, é o único país cujas relações conflituosas com os EUA não conduziram a derrocada ou a mudança de governo, como ocorreu em inúmeros países da região (BANDEIRA, 1998; SADER, 2001; AYERBE, 2004; CASANOVA, 1990; COGGIOLA, 1998).

Desde sua emergência (1959) o processo revolucionário cubano tornou-se um marco nas relações regionais e, inclusive, nos desdobramentos da política doméstica de, praticamente, todos os países da região. Não era possível a indiferença em relação ao que acontecia em Cuba e, também, a atuação do país no cenário regional (SUÁREZ SALAZAR, 1986; SADER, 1991; BANDEIRA, 1998). Este cenário modificou-se, de forma inesperada, no início dos anos 90, com a queda do bloco socialista, liderado pela URSS, que determinou uma nova fase na relação de Cuba com os países da região. Um novo furacão atingiu o país, de forma diferente do apontado por Jean-Paul Sartre quatro décadas antes (SARTRE, 1986; LÓPEZ SEGRERA, 1995; MARTÍNEZ HEREDIA, 2000). A perda de parceiros, econômicos e ideológicos, principalmente a URSS com a qual o país possuía uma relação privilegiada, trouxe enormes impactos e atingiu todos os setores (economia, política e sociedade) da ilha caribenha, lançando dúvidas sobre a própria continuidade da Revolução Cubana.

Desta forma, com o fim da relação de alta intensidade com os parceiros ideológicos se produz uma situação inusitada (e paradoxal). Junto aos problemas internos, surgiram novos desafios no cenário internacional, pois enquanto se redefinia a nova ordem internacional, com a preponderância estadunidense (e os efeitos para o país- embargo e bloqueio) que pareciam apontar para o aumento das dificuldades e o esgotamento do modelo cubano; por outro lado, o rompimento involuntário com a comunidade socialista possibilitava (e mesmo, determinava) a construção de laços com novos parceiros e um retorno à América Latina (cujo distanciamento foi determinado pela conjuntura da Guerra-Fria), que vivia um período de retorno e consolidação dos regimes democráticos.

---

1 Como aponta Sader, inúmeros aspectos da Revolução e da construção do socialismo em Cuba cativaram as organizações políticas da região: a atualização da ideia de Revolução, em contraposição à apatia e o oportunismo dos PCs; a legitimação da heterodoxia política e ideológica a respeito de como fazer a Revolução e como construir o socialismo; o anticapitalismo e o anti-imperialismo, caracterizados pela ruptura total com os EUA; a estratégia de poder centrada na guerra de guerrilhas, baseada no campo; a solidariedade internacional – o internacionalismo proletário – como um dos componentes básicos de sua formação ideológica e ação política; a ética da dedicação revolucionária, com a militância identificada com a própria vida, exemplificada na vida do Che que dizia “o dever de todo revolucionário é fazer a Revolução” e da construção do homem novo; e, finalmente, a ênfase no papel da vanguarda e dos aspectos subjetivos para a vitória (SADER, 1991, p. 23).

Tal cenário, portanto, oferecia um conjunto (maior) de desafios, mas, também, de oportunidades que poderiam contribuir para a sobrevivência ou derrocada do regime e que requeriam de Cuba (e sua liderança) uma estratégia cuidadosa para que o primeiro aspecto pudesse prevalecer.

Este trabalho procura discutir e analisar os principais aspectos da reinserção cubana na América Latina nos anos 90. Para tanto, inicia com uma análise sobre o impacto da Revolução Cubana nas relações regionais, discutindo o significado e as implicações da política externa cubana para a América Latina, desde sua emergência até o início dos anos 90. Em seguida, discute os impactos domésticos e internacionais do fim do socialismo e os desafios que tal cenário apresentava. Finalmente, apresentamos as ações de reinserção das relações de Cuba com a América Latina, apresentando um exíguo balanço.

## CUBA E A AMÉRICA LATINA: ENCONTROS E DESENCONTROS

Apesar da singularidade da Revolução Cubana, o país possui inúmeros elementos de similaridades e uma identidade cultural compartilhada com a América Latina. Além da localização geográfica, a colonização espanhola, a destruição de culturas originais, a mestiçagem e a influência africana, o desenvolvimento do *plantation* (monocultura da cana-de-açúcar) como estrutura econômica básica, o populismo, a inserção dos militares na política e a extrema desigualdade da sociedade cubana durante grande parte de sua história são aspectos, mais do que evidentes, da similaridade cubana com a região. Da mesma forma, a tentativa de superação dos problemas nacionais já encontrava eco, junto com o desenvolvimento do latinoamericanismo intenso, na atuação de J. Martí, ainda no século XIX (RIVEREND, 1990).

Após a Revolução, a relação com a região tornou-se mais complexa e instável, devido ao cenário internacional determinado pela Guerra-Fria e aos conflitos e divergências oriundas das transformações que o país desenvolvia, afetando sua política externa e conduzindo, apesar do desejo contrário de sua liderança, ao relativo isolamento diplomático do país, com exceção do México. Os momentos fundamentais deste isolamento estão relacionados à expulsão da OEA (1962), o golpe contra Salvador Allende no Chile (1973) e a ocupação de Granada (1983), por tropas estadunidenses, que demonstram as diversas estratégias e formas de interferência estadunidense e construção de sua hegemonia nas relações regionais (SUÁREZ SALAZAR, 2006; AYERBE, 2002) <sup>2</sup>.

Desde o início, o governo cubano procurou formular uma política externa que pudesse defender os seus interesses. A compreensão adequada de tal política é resultado da análise de dois eixos fundamentais: de um lado, era fruto da dinâmica entre **revolução e política formal**; de outro, da dinâmica

---

2 Vale destacar que, como apontam Guercio e Carvalho (1998), tal conflito, apesar da evidente dimensão ideológica, está relacionada ao conjunto de medidas tomadas pelo governo cubano que atingiram em cheio os interesses americanos na ilha, pois, além da propriedade dos principais engenhos do país, “Até a revolução, 90% das minas, 50% das terras, 67% das exportações e 75% das importações estavam sob influência norte-americana”.

entre isolamento e integração.

No primeiro caso procura-se destacar, principalmente nos anos 60 e final dos anos 70, o compromisso da liderança cubana em apoiar ou fomentar revoluções para a emergência de regimes favoráveis à sua causa e para diminuir a pressão do governo norte-americano sobre a revolução cubana. Esta postura, mesmo que às vezes tenha se constituído numa política informal e de organismos não estatais (o serviço secreto, organizações de solidariedade, entre outros), foi executada pelas lideranças que procuraram influenciar a onda revolucionária que atingiu a América Latina, destacadamente, mas também a África ao longo do período <sup>3</sup>.

Tratava-se de projetar o exemplo e as possibilidades de mudanças profundas na estrutura socioeconômica que Cuba implementava e, no limite, construir uma rede que pudesse, na versão oficial combater o imperialismo americano nestas regiões. Tal ação foi predominante nos primeiros anos da revolução e sua oficialização encontra-se nas declarações de Havana e na constituição da Organização de Solidariedade dos Povos da Ásia, África e América Latina (OSPAAAL) e da Organização de Solidariedade da América Latina (OLAS). Tal política, porém, sofreu duros reveses. Em primeiro lugar, a própria derrota da aplicação da estratégia revolucionária cubana, formulada pela teoria do foquismo de Guevara e amplamente divulgada por Régis Debray<sup>4</sup>, demonstrou a dificuldade de se exportar um modelo de revolução, conduzindo a aplicação inadequada de estratégias que careciam de elementos objetivos e subjetivos para reproduzir a vitória revolucionária. O caso emblemático, e dramático, foi a prisão e o assassinato do próprio Guevara, na Bolívia em 1967, que representou um duro golpe e, de certa forma, encerrou o primeiro ciclo revolucionário na América Latina inaugurado pela Revolução Cubana. Nos anos 60, os principais problemas enfrentados pela política exterior do país estiveram relacionados aos fracassos na tentativa de expansão da onda revolucionária na América Latina, o que minou a estratégia mais abrangente de fomentar a revolução, por meio da luta armada, em toda a região e ampliou as ditaduras militares ou fortaleceu as tiranias dinásticas (Haiti, Nicarágua, entre outros), contribuindo para o isolamento do país (DOMINGUEZ, 1998a).

Desta forma, tornou-se mais evidente o conflito entre esta estratégia revolucionária, e a necessi-

---

3 Como observa Hobsbawm (1995, p. 427) "Nenhuma revolução poderia ter sido mais bem projetada para atrair a esquerda do hemisfério ocidental e dos países desenvolvidos, no fim de uma década de conservadorismo global; ou para dar à estratégia da guerrilha melhor publicidade. A revolução cubana era tudo: romance, heroísmo nas montanhas, ex-líderes estudantis com a desprendida generosidade de sua juventude- os mais velhos mal tinham passado dos trinta-, um povo exultante, num paraíso turístico tropical pulsando com os ritmos da rumba. E o que era mais: podia ser saudada por toda a esquerda revolucionária".

4 Tal teoria pregava, a partir dos ensinamentos da revolução cubana condensadas em um texto de Ernesto Guevara "A guerra de guerrilhas", que um foco guerrilheiro poderia vencer o exército regular dos países e realizar a revolução socialista, tornando-se o núcleo do futuro exército revolucionário. Partindo da premissa que "Entre outras coisas, Cuba mostrou mais uma vez, em primeiro lugar, que a revolução socialista é o resultado de uma luta armada contra o poder armado do Estado burguês" (DEBRAY, 1980, p. 7). As três teses conclusivas do autor eram: "I- O decisivo para o futuro é a abertura de focos militares, e não "focos políticos"; II- Sem luta armada não há vanguarda definida; III- É patente que na América Latina, a luta contra o imperialismo é decisiva, o resto é secundário" (DEBRAY, 1980, p. 96-102).

dade de combiná-la com a execução de uma política externa formal, onde predominam os elementos de autodeterminação e de negociação dos conflitos, em que emergem os interesses econômicos e comerciais, necessários à sobrevivência e ao desenvolvimento do país. Ocorre então, uma tensão entre os objetivos e os compromissos revolucionários e a necessidade de agir conforme os interesses estatais mais amplos. A combinação destes dois aspectos nem sempre ocorreu de forma tranquila. Sendo assim, apontamos que esta dicotomia é fundamental para a compreensão da dinâmica da política externa de Cuba até a derrocada do bloco soviético, mas insuficiente, já que marginaliza os aspectos formais de tal política e não consegue captar em sua plenitude os esforços realizados por sua liderança para superar o isolamento conduzido pelos EUA. Desta forma, torna-se necessário complementá-la pela dinâmica relacionada ao binômio isolamento ou integração.

Tal dicotomia aponta para a necessidade de se considerar a política externa do país tendo como grande desafio romper o isolamento que o conflito com os EUA e a adoção de mudanças estruturais internas gerou. Sendo assim, desde o seu início, passando pela expulsão da OEA em 1962, e pela aproximação intensa, mas não suficiente para as lideranças, com o bloco soviético o regime cubano procurou desenvolver uma política externa que promovesse a integração do país com a comunidade internacional.

É neste sentido que se pode compreender a prioridade dada à América Latina, a necessidade de manutenção de relações formais com os países da região, principalmente com México e Canadá, e posteriormente, com o fim dos regimes militares e o retorno à normalidade democrática, o reestabelecimento de laços com Brasil, Argentina, e a maioria dos outros países da região. Além desta busca de integração regional, a manutenção dos laços com diversos países da Europa (França, Itália, e mesmo a Espanha de Franco) e dos laços com o Japão, e a inserção no Movimento dos Países Não Alinhados, demonstram a importância desta dicotomia para a compreensão do desenvolvimento desta política. Finalmente, tal dicotomia, mais do que a anterior, adquiriu uma perenidade, no sentido de que parece incorporada à lógica da política externa cubana mesmo depois da queda do bloco soviético.

A principal prioridade desta política externa era o desenvolvimento de recursos econômicos, políticos e ideológicos, que pudessem garantir a sobrevivência da revolução e do regime. Para isto, o país desenvolveu uma política global e ativista<sup>5</sup>. Isto significa dizer que formalmente o país procurou ampliar seus laços diplomáticos e se inserir em organismos multilaterais, procurando tornar-se um ator global, apesar dos limites impostos pela sua condição de uma ilha caribenha, pelas dificuldades econômicas e pelo conflito com uma superpotência e a relação dependente com a outra, mas, priorizando os

---

5 Para uma análise da inserção cubana na etapa colonial e no período de luta pela independência ver o livro *Cuba en lo internacional, do estudioso cubano Miguel Estéfano Pisani* (Havana, 1988). Apesar da linguagem jurídica o autor procura apontar a emergência de uma política externa independente e os fundamentos que orientaram tal ação, destacando a influência do pensamento anticolonial e anti-imperialista que levou a tal postura.

laços com a América Latina<sup>6</sup>.

Como aponta Ernest Cháves (1990), pode-se destacar que o país promoveu uma política de promoção da revolução e de mudanças sócias na área, o que conduziu, em muitos casos, a instabilidade política na região, e que tal política foi dinâmica, modificando-se ao longo do tempo em suas formas e vias de execução. Isto porque a necessidade e os objetivos variaram no período, adaptando ao contexto internacional e a coexistência, ora próxima ora distante, com os EUA e os governos da região. Desta forma, a atuação cubana, apesar de intensificar e tornar mais conflitiva as relações interamericanas, possibilitou que o país atingisse, parcialmente, seus objetivos, tornando-se um ator relevante e consolidando seu processo (interno) de construção do socialismo, mesmo que não alcançasse o intuito de promover e ampliar a constituição de governos revolucionários.

Os documentos básicos para compreensão de tal política são: a I<sup>7</sup> e a II<sup>8</sup> **Declaração de Havana**, que retrata em grande medida a atuação da política externa cubana nos anos 60; e os documentos referentes ao período da institucionalização em que se destaca a **Constituição de 76 e as resoluções referentes à política internacional do I e II Congresso do PCC<sup>9</sup>**.

Desde o início, como se pode observar nos documentos citados acima, a América Latina consti-

---

6 Apesar de não existir um consenso entre os estudiosos, consideramos adequada a periodização da política externa cubana desenvolvida por López Segre (1988). Para o autor, a política externa cubana compreende as seguintes etapas: a primeira, denominada de política externa armada (1896-1902), cujo objetivo central foi garantir a soberania do país e seu reconhecimento pela comunidade internacional. O segundo período se refere à política externa de Cuba Neocolonial, em que se destaca a limitação do processo de independência econômica do país. A terceira etapa, que denomina de início de uma política externa ativa e independente (1959-1962), é caracterizada pela organização administrativa, pelo estabelecimento dos princípios que orientarão a postura cubana e pela tentativa de promover a revolução e, paradoxalmente, evitar seu isolamento, enfatizando a inserção na comunidade americana. A quarta, denominada de etapa do isolamento (1962-1970), caracteriza-se pelo rompimento dos laços diplomáticos com a maioria dos países latino-americanos, com a expulsão do país da OEA, e a tentativa de estabelecer laços mais sólidos em outros continentes e com a comunidade socialista, destacadamente a URSS. A quinta, denominada de socialismo institucional (1970-1979), caracteriza-se pela aproximação e integração cada vez mais intensa com a CAME, e pelo envolvimento, cada vez mais profundo, com o continente africano. Finalmente, a última assinalada pelo autor, denominada de consolidação revolucionária (1979-1988), em que procura destacar a consolidação das relações externas do país, o fortalecimento dos laços com a comunidade latino-americana, seja com governos revolucionários (Nicarágua), seja com governos civis e democráticos (Brasil e Argentina, entre outros), representando a construção de um *modus vivendi* com os governos que permitiu ao país ampliar seus laços. A esta, poderíamos agregar uma sétima, pós-soviética, a partir do início dos anos 90, em que se destacam a redefinição do interesse nacional e a necessidade de romper o isolamento político-diplomático-econômico, fazendo emergir uma política mais pragmática, com base nos interesses econômicos e comerciais.

7 Nesta, o líder cubano Fidel Castro criticava duramente a interferência norte-americana na região afirmando que “el único culpable de que esta revolución esté teniendo lugar en Cuba es el imperialismo yankee” (apud BANDEIRA, 1998, p. 243). Tal declaração foi promulgada na Praça da Revolução num ato com mais de um milhão de pessoas e finalizava da seguinte forma: “la asamblea general nacional del pueblo de Cuba resuelve: que esta Declaración sea conocida con el nombre de “Declaración de la Habana” (GARCIA LUIZ, 2000, p. 52).

8 Neste texto, delinea-se de forma explícita o princípio básico que orientou a política externa do país nesta década. Trata-se de um apelo exaltado, vigoroso e radical à revolução, em que Fidel Castro afirma que “El deber de todo revolucionario es hacer la revolución. Se sabe que en América Latina y en el mundo la revolución vencerá, pero no es propio de revolucionarios sentarse en la puerta de su casa para ver pasar el cadáver del imperialismo” (GARCIA LUIZ, 2000, p. 91).

9 Entre outras coisas, e reafirmando o que destacaremos a seguir, o documento aponta que: “El internacionalismo proletário constituye la esencia y el punto de partida de la política internacional del Partido Comunista de Cuba”; e destaca os princípios que orientam tal postura reproduzindo o que foi consolidado na Constituição do país: apoio as lutas de libertação nacional, unidade com os países socialistas, combate ao imperialismo, coexistência pacífica, relações com países independente do regime, respeito as normas do Direito internacional, entre outros (PLATAFORMA PROGRAMÁTICA DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA. POLÍTICA INTERNACIONAL apud PCUS, 1980, p. 33-35).

tuiu o eixo central da estratégia revolucionária e da política externa do país; alternando momentos de maior envolvimento, como em grande parte dos anos 60, e situações em que predominou o isolamento, como a dificuldade de se estabelecer laços diplomáticos com os governos do continente. Tal situação se desenvolveu devido à combinação de três fatores: a estratégia cubana de promoção da revolução gerava descontentamento e desconfiança dos governos envolvidos; a expulsão da Organização dos Estados Americanos (OEA), aliada às pressões do governo americano, dificultava o estabelecimento de laços formais e consistentes; e, finalmente, a emergência de governos autoritários, a maioria claramente contrário ao exemplo e as transformações que ocorriam no país, contribuíram para isolar a ação cubana na América Latina.

Mesmo assim, pode-se considerar que a liderança cubana compreendia que o destino de sua Revolução estava relacionado ao aprofundamento dos laços e a integração com a região, atuando de diferentes formas para a promoção destes objetivos. Segundo Suárez Salazar (1986, p. 145), “los métodos y los medios para construir ese común destino latinoamericano se han ajustado a los desarrollos específicos de la situación continental y marcado, por conseguinte, diferentes etapas y momentos en su realización concreta”. Desta forma, podemos afirmar que os laços culturais, históricos, econômicos, e, em certos casos, políticos, fizeram com que a América Latina ocupasse um lugar privilegiado na elaboração da política externa do país, mesmo quando o contexto imediato dificultava o desenvolvimento destas relações (LÓPEZ SEGRERA, 1988; BANDEIRA, 1998; SUÁREZ SALAZAR, 1986; PISANI, 2002).

Tais relações podem ser periodizadas da seguinte forma, como apontam López Segrera (1988) e Suárez Salazar (1986). A primeira etapa (1959-1962), denominada de emergência, caracteriza-se pela ampliação e aprofundamento dos laços com países americanos, pela atitude crítica em relação às ditaduras continentais (de Trujillo na República Dominicana, de Somoza na Nicarágua e de Duvalier no Haiti) e pela utilização dos organismos multilaterais regionais para denunciar as agressões sofridas pelo país e a defesa das mudanças estruturais que começavam a ocorrer.

A segunda etapa (1962-1970), denominada de isolamento, é caracterizada pelo rompimento das relações diplomáticas com a maioria absoluta dos países da região, sendo o México a única exceção; pela tentativa de expansão do ciclo revolucionário, com a ampliação dos laços com movimentos guerrilheiros e a promoção destas, em que se destacam a organização de conferências para o desenvolvimento de tal estratégia, como a Tricontinental e a reformulação de estratégias com a ascensão de militares nacionalistas no Peru e Panamá.

A terceira etapa (1970-79), denominada de vínculos limitados, é marcada pelo recrudescimento da luta revolucionária e, por outro lado, pelo estabelecimento de vínculos específicos com governos que simpatizavam com o processo cubano, destacadamente o Chile no início da década. Além disto, como resposta a uma proposição apresentada na OEA, em 1974, começa a ocorrer uma lenta deterioração do

embargo americano com a retomada de relações comerciais com alguns países da região que culminará nas revoluções da Nicarágua e Granada; e vale também ressaltar a participação cubana na constituição do Sistema Econômico Latino-americano (SELA).

Finalmente, a última etapa (1979-1988) apontada pelos autores denomina-se ascensão e consolidação das relações e caracteriza-se pela retomada dos laços diplomáticos com os países que passavam por um processo de redemocratização, principalmente os do Cone Sul, e pela participação cubana na revolução nicaraguense e no apoio aos movimentos revolucionários envolvidos em outros conflitos da América Central.

A estas etapas, poderia se agregar uma quinta, a partir da queda do bloco soviético, em que predominam os esforços de inserção e integração do país na comunidade latino-americana, através do aprofundamento econômico e comercial com os países da região. Tal etapa será analisada de maneira aprofundada posteriormente.

Ainda, considerando a análise de Suárez Salazar (1986) é necessário ressaltar que, apesar de dinâmica, a política externa cubana desenvolvida para a região permite identificar linhas de continuidade, demonstrando a centralidade desta nos interesses do país. Entre os elementos que nos permitem identificar tal continuidade, podemos identificar: a contraposição entre pan-americanismo e latino-americanismo que permite visualizar referências, estratégias e projetos diferenciados de integração da região; a busca por um desenvolvimento autônomo e autossustentável para enfrentar, na visão cubana, a hegemonia estadunidense na região; a modificação das relações de dependência e dominação; a necessidade de eliminação de traços coloniais presentes na relação com os países desenvolvidos e na situação particular de alguns países; a condenação a qualquer intervenção estrangeira nos assuntos internos americanos; a intenção de manter relações de mútuo respeito com países latino-americanos, mesmo quando estes não possuam uma orientação socialista; a crítica às ditaduras militares que existiram no continente, entre os anos 60 e 80; a busca de soluções negociadas dos conflitos interamericanos (SUÁREZ SALAZAR, 1986, p. 166-177).

Estas linhas de continuidade indicam a importância da região no desenrolar da política externa cubana que, mesmo dinâmica, procurava desenvolver uma estratégia que incentivava mudanças. Por outro lado, a combinação destes aspectos com os objetivos mais imediatos da revolução acabou gerando inúmeras tensões e problemas para que as relações entre Cuba e os demais países efetivamente se consolidassem.

## **CUBA E A ETERNA GUERRA-FRIA: OS IMPACTOS DO FIM DO SOCIALISMO REAL**

O fim do bloco soviético gerou, pelo menos, duas consequências imediatas para o país. No âmbito

interno, destaca-se uma profunda crise econômica e social, que determinou o início do “Período Especial em tempos de Paz”, demonstrando a queda vertiginosa da produção e do intercâmbio comercial, dos níveis de qualidade de vida e que afetou todos os setores da sociedade cubana. Como aponta a CEPAL (2000, p. 16): “La magnitud del shock económico ha sido comparable al registrado en Europa Oriental o en la antigua Unión Soviética, aunque sus características específicas difieran substancialmente”.

Para que se possa compreender de forma abrangente a profunda crise econômica gerada pelo fim dos países socialistas, e da URSS em particular, pode-se destacar alguns dados <sup>10</sup>.

Em termos gerais, o PIB cubano retraiu entre 40% e 50%, entre o período de 1989, ano em as relações econômicas com a URSS estavam em auge, e 1992, após a derrocada do antigo parceiro. Em suma, a economia viu-se reduzida quase a metade do período anterior. No comércio exterior, o impacto foi ainda mais evidente. Neste curto período, a capacidade de importação decaiu de US\$ 8 bi para US\$ 2,2 bi e as exportações reduziram-se de US\$ 5,4 bi para US\$ 2,1 bi. Ainda, Cuba havia recebido de ajuda soviética cerca de US\$ 6,0 bilhões que eram investidos em setores como saúde, educação, transportes e defesa, sendo que este consumia aproximadamente US\$ 1,3 bilhão. Em 1992, a ajuda havia caído à zero, atingindo de forma drástica os programas desenvolvidos em inúmeros setores. Em suma, os dados macroeconômicos revelam a intensidade e a profundidade de tal impacto, demonstrando que o país enfrentou a pior crise de sua história (LÓPEZ SEGRERA, 1995; ALMENDRA, 1998; MESA-LARGO, 1998, CEPAL, 2000; CASTRO, 2001) <sup>11</sup>.

O caso emblemático relaciona-se ao produto que, simbolicamente, sintetiza grande parte da história cubana, o açúcar. Como principal produto da ilha, este representava a base da produção e o melhor dos recursos cubanos foi concentrado no setor e era responsável por 80% do valor das exportações do país; além disto, os laços com a URSS haviam mantido o açúcar como o principal produto da pauta de exportações do país, desestimulando a diversificação das atividades produtivas. A produção de açúcar teve uma queda de 50%, caindo de 7 milhões de toneladas produzidas em 1992 para cerca de 3,5 milhões em 1994. Tal tendência se manteve ao longo da década, fazendo com que o país abandonasse sua posição no mercado internacional do produto (LÓPEZ SEGRERA, 1995; ALMENDRA, 1998).

Finalmente, tal crise proliferou para toda a sociedade, atingindo todas as áreas. Mesmo as que representavam os avanços sociais obtidos com a Revolução (saúde, educação, cultura, lazer, arte, espor-

<sup>10</sup> Estes e outros dados são aproximados e baseados em estatísticas da Cepal, de organismos nacionais e internacionais e de “cubanólogos”. Como aponta Mesa-Largo, inúmeros fatores dificultam a análise de dados efetivos: até 1989 muitos dados eram baseados no PSG, utilizados por países socialistas e que não é comparável ao PIB; nos anos 90 se interrompeu a produção do “Anuário Estatístico” que fornecia uma visão geral da economia e sociedade cubanas; muitos produtos fornecidos pela URSS e seus preços eram distorcidos; finalmente, por se tratar de uma economia fechada, a taxa de câmbio pode apresentar distorções.

<sup>11</sup> Como afirma Almendra (1998, p. 148): “Depois do fim dos subsídios soviéticos, Cuba esteve muito próxima do colapso econômico em 1992 e 1993. [...] desapareceram mercadorias como soda cáustica – para fabricar sabão, madeira, determinados tipos de gêneros alimentícios, fertilizantes e outros insumos agrícolas”.

te...) sofreram com a falta de capital, materiais e outros recursos, ainda que a liderança cubana tenha se esforçado para a manutenção do investimento social. Como afirmamos, Cuba vivenciou uma crise econômica e social de enorme proporção, que colocou em dúvida a própria capacidade de sobrevivência do país.

Neste sentido, é revelador o informe apresentado por Fidel Castro ao V Congresso do PCC, em 1997, relatando as dificuldades do início da década:

[...] la agricultura se quedó sin el combustible necesario para un mínimo de actividades, sin fertilizantes, sin pesticidas ni herbicidas, sin piezas de repuesto [...] No se podía mantener la producción alimentaria [...] La industria mecánica se quedó sin aceros, sin motores, sin los cambios de productos que necesita para su trabajo [...] La industria ligera se quedo sin algodón, sin infinidad de materiales que necesitaba para la producción de telas [...] La prensa sin papel [...] El transporte se quedó sin piezas, sin motores y les pasó lo mismo a las locomotoras y a los servicios de transporte ferroviario; empezamos a tener problemas con el transporte naval. [...] Además, la situación afectó a la educación, que quedó sin libros, a la industria de materiales de construcción, sin cementos y otras materias primas, a la industria de medicamentos y los medios necesarios para la atención higiénica, la limpieza de hospitales, la reparación y el mantenimiento de los equipos (CASTRO, 1997 apud MESA-LARGO, 1998).

No entanto, para além dos efeitos internos, o fim do bloco soviético trouxe outro importante desafio: a configuração de uma nova ordem internacional, hegemônica pelos EUA.

O fim da Guerra Fria e a afirmação de tal hegemonia foram celebrados, de maneira ufanista, como o advento do liberalismo como modelo universal e a pretensão de que estaríamos presenciando o “Fim da História”, no sentido político-ideológico, tal como preconizado na obra de Francis Fukuyama (1992), instaurando uma “nova era de paz e prosperidade” (que logo demonstrou ser uma falácia). Além disto, a “nova ordem mundial” que emergia, parecia determinada por um único pólo de poder mundial, os EUA, resultando no debate sobre o grau de autonomia do país para realizar qualquer ação em nível mundial, sintetizada na contraposição entre a perspectiva unilateral ou multilateral, resultando na noção de unimultipolaridade desenvolvida por Joseph Nye (2002) que, em linhas gerais, afirmava a hegemonia estadunidense nas relações internacionais, ainda que não o suficiente para resolver todos os problemas.

Sendo assim, a “nova ordem mundial” tornou mais intensas as pressões sobre o país e atingiu a Revolução Cubana em diferentes aspectos. Em primeiro lugar, possibilitou o reforço do embargo econômico americano, intensificado em dois atos que procuravam sufocar economicamente o regime e incentivar mudanças internas. O primeiro, a Lei Torriceli de 1992, ampliava a proibição das companhias estadunidenses (e suas subsidiárias no exterior) de realizar negócios com Cuba; proibia os barcos que passam pelos portos cubanos de realizar transações nos EUA e autorizava o presidente do país a aplicar

sanções aos governos que promoviam qualquer tipo de assistência a Cuba. O segundo, o “Cuban Liberty Act” conhecido como Lei Helms-Burton, sancionado em 1996, ampliava o bloqueio econômico permitindo sanções contra as instituições internacionais e países que negociassem com a ilha. Desta forma, sem os limites da Guerra-Fria, ocorre uma radicalização da postura estadunidense com o intuito de sufocar economicamente, a já cambaleante economia cubana, e promover mudanças no regime (COGGIOLA, 1998; DOMINGUEZ, 1998b; GÓMEZ, 2003; MORALES DOMINGUEZ, 2004).

Associados as limitações econômicas, impulsionados pelo embargo e a legislação estadunidense, a “nova ordem” contribuiu para o questionamento da legitimidade do regime cubano (de sua natureza e atuação em diversas áreas) e ao isolamento, ainda que parcial, do país. Desta forma, tal isolamento apresentava novos contornos, diferenciando-se das décadas anteriores, fundamentados num viés ideológico e político-diplomático, que era resultado da política cubana de apoio e promoção de revoluções, principalmente no terceiro mundo. A novidade é de que, apesar do evidente contorno ideológico, o questionamento se volta para áreas como a (suposta) ausência de democracia interna e a temática dos direitos humanos. Tal isolamento, associado às limitações da estrutura produtiva do país, potencializou os desafios e representou a mais séria ameaça à Revolução, desde sua emergência (LÓPEZ SEGRERA, 1995; BANDEIRA, 1996; CEPAL, 2000).

## CUBA E A AMÉRICA LATINA: ISOLAMENTO OU REINserÇÃO

Diante dos desafios impostos por estas mudanças, o país se viu obrigado a adequar seu aparato produtivo, institucional e legal às novas condições que lhe são impostas e, principalmente, **reconstruir todo seu sistema de relações externas**. Para tanto, foi necessário redefinir os princípios, os objetivos e a dinâmica de sua política externa.

O objetivo fundamental que orientou tal política foi o desenvolvimento de ações e relações que pudessem garantir a sobrevivência do regime, diante da queda do bloco soviético. Esta dinâmica de sobrevivência já aparecia nos anos anteriores e estava relacionada, sobretudo, com a consolidação das mudanças desenvolvidas pelo regime da revolução. Nos anos 90, porém, modificam-se a sua natureza e seu impacto sobre a política externa do país. Primeiro, por ser absolutamente necessário o reordenamento das relações econômicas do país junto com a realização de mudanças para garantir a previsibilidade e, acima de tudo, a confiança da comunidade internacional e dos parceiros bilaterais nos negócios que poderiam ser realizados. Além disto, o cenário econômico interno condicionava, em maior ou menor medida, a busca de parceiros que pudessem investir e suprir as necessidades do país. A concretização desta estratégia de sobrevivência só poderia ser eficaz na medida em que o país fosse capaz de superar o isolamento, econômico e político, a que se viu submetido.

Sendo assim, tal política fundamentou-se em três elementos. Primeiro, no **desenvolvimento de ações e relações que pudessem garantir a sobrevivência do regime**, diante da queda do bloco soviético. Desta forma, ocorre um reordenamento das relações econômicas do país e, junto a isto, a realização de mudanças para garantir a previsibilidade e, acima de tudo, a confiança da comunidade internacional e dos parceiros bilaterais nos negócios. O objetivo central da política externa cubana tem sido, antes de tudo, garantir a sobrevivência do regime em suas dimensões fundamentais. Tal estratégia pode ser compreendida na adequação dos seguintes objetivos, apontados por Dominguez (2004): manter os mecanismos básicos da estrutura política e institucional, resistindo à pressão externa para a adoção de mecanismos democráticos formais; fomentar uma abertura de empresas internacionais, de investimentos ou comerciais, mas proibindo o desenvolvimento legal de empresas cubanas; reativar o nacionalismo interno como instrumento de coesão e mobilização, considerando as posições do governo americano e da oposição aí instalada; manter a prioridade de sobrevivência do regime político, mesmo diante da deterioração das relações políticas e econômicas com outros países ou do sacrifício de um desenvolvimento mais acelerado, porém mais desigual (DOMINGUEZ, 2004, p. 525). Em suma, a liderança cubana conseguiu definir de forma adequada os elementos que deveriam ser preservados e os que poderiam ser modificados, sem a alteração do quadro político. Assim, o eixo dinâmico de tal política foi, como assinalamos anteriormente, resultado da combinação entre sobrevivência e inserção. Combinaram-se aspectos de política interna, reformas e elementos de política externa, para que o objetivo básico pudesse ser alcançado. Apesar dos problemas tal estratégia se mostrou parcialmente eficaz.

O segundo componente baseou-se, como assinalado por Carlos Alzugaray (2003), numa redefinição do interesse nacional cubano. Tal redefinição, é resultado da sedimentação de um pensamento radical, progressista e emancipador em Cuba, cuja figura maior foi José Martí, que antecede e são apropriados pela revolução cubana e sua liderança, e pode ser compreendido como:

Mantener la independencia, soberanía, autodeterminación y seguridad de la nación cubana, su capacidad de darse un gobierno popular, democrático y participativo propio basado en sus tradiciones, con un sistema económico-social próspero y justo, y que, a su vez, le permita proteger su identidad cultural y sus valores socio-políticos y proyectarlos en la arena mundial con un nivel de protagonismo acorde a sus posibilidades reales como miembro efectivo de la sociedad internacional (ALZUGARAY, 2003, p. 17).

Apesar da complexidade (e limitações) da noção de interesse nacional, tal ideia permite identificar claramente seus objetivos, apontando que o elemento determinante do interesse nacional redefinido foi:

[...] a tenor con su interés nacional, neutralizar y revertir la tradicional política nortea-

mericana de reimplantar su hegemonía sobre la isla, sin hacer concesiones de principio en torno a la soberanía, la autodeterminación, el modelo socialista cubano y su política exterior (ALZUGARAY, 2003, p. 21).

Ou seja, trata-se de afirmar os mecanismos internos de construção e consolidação do regime, assim como desenvolver uma política externa que contribua com tal objetivo, procurando superar os problemas impostos pelo conflito com os EUA e o questionamento de seu modelo político.

Finalmente, o terceiro elemento, aponta para a **diversificação das relações econômicas**. Ao longo de sua história, Cuba desenvolveu uma relação intensa (em cada período) com um parceiro comercial preferencial, EUA e URSS, o que tornou sua economia extremamente dependente de tais relações. Nos anos 90, o país procurou diversificar os parceiros para evitar um novo colapso e para atender suas necessidades. Como apontou o ex-embaixador de Cuba no Brasil: “Cuba precisava, e precisa, de três elementos básicos (antes garantidos pela relação existente com a comunidade de países socialistas): capital, mercados e tecnologia” (SÁNCHEZ-PARODI, 1998, p. 164). Desta forma, podemos constatar que a liderança cubana procurou redefinir seus objetivos fundamentais, afirmando a sobrevivência e a inserção internacional, como elementos para a superação dos desafios que o país enfrentou.

Para o desenvolvimento de tal estratégia, a América Latina voltou a ocupar uma centralidade na política externa do país. Tal centralidade propiciou o reestabelecimento das relações diplomáticas e comerciais com a maioria dos países da região, uma maior aproximação com os países do Caribe, ampliando o comércio bilateral e permitindo o acesso a capitais. Conduzida no âmbito estatal, portanto formal, tal política fundamentou-se na observância das leis e do direito internacional, permitiu um maior ativismo nos fóruns multilaterais e regionais e o desenvolvimento da confiança recíproca em relação aos países da região.

A redefinição exterior cubana tem entre suas prioridades América Latina e Caribe. Durante os anos 90 foram reatadas as relações diplomáticas com quase a totalidade dos países da região e se firmaram acordos de cooperação. O estreitamento dos laços foi possível devido à vontade política do governo cubano e as mudanças de percepção por parte dos países latino-americanos e caribenhos, mais independentes dos EUA, que já não veem Cuba como um aliado das guerrilhas.

Estas relações já não possuem o caráter conflitivo de décadas anteriores. Isto porque, para Cuba, o bom relacionamento com os países latino-americanos é uma condição fundamental para o aprimoramento econômico, como também para a ampliação da rede de apoios em relação ao conflito com os EUA, e, ainda, tal ação não se orienta principalmente pela tentativa de promoção de revoluções. Da mesma forma, para os países da América Latina, Cuba já não representa uma ameaça, constitui-se num mercado que não deve ser descartado e pode colaborar para a solução de problemas internos, com sua

diplomacia social, ou para a pacificação de conflitos.

Sendo assim, o país acabou adquirindo um papel protagônico em relação a diversos temas. Teve um papel útil e importante nos processos de pacificação da América Central, primeiro em El Salvador, em 1992, e depois na Guatemala, em 1996. Também apoiou o processo de pacificação na Colômbia durante o governo de Andrés Pastrana. Já em janeiro de 2002, o país sediou uma Cúpula de Paz em que participaram os representantes do Exército de Libertação Nacional (ELN), do governo colombiano e da sociedade civil para acelerar as negociações para encerrar o conflito armado no país. Segundo Dominguez (2003), Cuba não foi apenas à anfitriã, mas sim a promotora desta negociação, como tem procurado envolver, embora com menos êxito, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

Considerando as relações econômicas globais, podemos perceber a diversificação e a emergência, ainda que tímida, dos países latino-americanos, conforme tabela abaixo:

**Tabela 1 – Inserção Internacional da Economia Cubana**

Transações	Primeiro sócio	%	Segundo sócio	%
Exportações	Rússia	23	Holanda	13
Importações	Espanha	18	Venezuela	13
Turismo	Canadá	17	Alemanha	11
Dívida	Japão	19	Argentina	14
Investimentos	Espanha	23	Canadá	19

Fonte: Dominguez, 2003, p. 455.

Além disto, deve-se destacar a importância econômica assumida por três países americanos: Canadá, nos setores de turismo e inversão; Argentina, na gestão da dívida cubana; e Venezuela, em importações<sup>12</sup>. Cabe destacar ainda, conforme o autor, o caso do México, que é o sexto em importações e o sétimo país mais importante em relação ao turismo e à gestão da dívida. Finalmente, esta diversificação econômica se explica por fatores específicos de cada atividade, bem como pela estratégia geral adotada pela liderança cubana no sentido de evitar a excessiva dependência de um só país, privilegiando sócios múltiplos ao invés de um único.

O caráter de economia pequena exigiu também uma estratégia integracionista e de colaboração Sul-Sul, que no caso de Cuba, tem como cenário natural a área latino-americana e caribenha. O conjunto de países da América Central, México, Colômbia, Venezuela e do Mar das Antilhas (o grande Caribe), constituem uma região geoeconômica de alto valor estratégico para o desenvolvimento da ilha. Ainda que Cuba tenha

<sup>12</sup> Vale ressaltar que tal relação foi intensificada na primeira década do século XXI com a ascensão, e a consolidação, de Hugo Chávez no poder.

conseguido desenvolver mudanças estruturais na orientação geográfica de seu comércio exterior mais favorável à América Latina, suas possibilidades de integração são maiores no Caribe<sup>13</sup>.

Desta forma, já no início dos anos 90 o país acabou se integrando à Organização de Turismo do Caribe, algo que almejava desde os anos 80 e que não havia sido alcançado devido aos conflitos com o governo de Granada. Porém, a grande iniciativa no âmbito econômico foi a incorporação à AEC, em julho de 1994, que envolve os países do Caribe, Venezuela, México, Colômbia e os países da América Central, possibilitando a integração econômica e a intensificação do comércio. Segundo Gerardo Nuñez (1994) e Ernesto Molina (2002), está em marcha um processo de progressiva aproximação e reinserção de Cuba na região, que teve início ainda no final dos anos 80, e que se incrementou com a participação cubana no CARICOM, marcada pelos aspectos da prudência, como no caso da relação com a República Dominicana, pelo desenvolvimento gradual e equilibrado de relações políticas e econômicas e pelo incremento das relações comerciais que, apesar dos esforços, encontram dificuldades no perfil semelhante das economias da região. De qualquer forma, as relações econômicas ganham destaque neste processo de aproximação<sup>14</sup>, com a integração cubana com os grupos empresariais da região, a partir de objetivos claramente definidos: biotecnologia, agricultura açucareira, agropecuária, pesca, intercâmbio cultural, energia atômica e, principalmente, incremento do turismo.

Este processo de integração cubana com os países da região tem contribuído para o incremento à realização de acordos bilaterais. Para dimensionar a importância de tais acordos, basta observar que, apenas em relação aos países latino-americanos, as preferências outorgadas por acordos alcançados a partir da base caribenha chegaram a abranger cerca de 640 produtos no final da década de 90 (CEPAL, 2000, p. 227). Desta forma, a integração econômica tem propiciado à liderança cubana a realização de dois objetivos: por um lado, contribui para a recuperação econômica do país e, por outro, colabora para a superação do isolamento político, fortalecendo laços que, por diversas razões, foram tradicionalmente pobres ao longo do ciclo revolucionário<sup>15</sup>.

Além disto, Participou de todas as reuniões de Cúpulas Ibero-americanas, manteve estreitos contatos com o CARICOM, tentou uma maior aproximação com o MERCOSUL e a Comunidade Andina (CAN) e esteve presente em outros fóruns multilaterais da região. De outra parte, a Ilha apareceu como um espaço de novas

13 Para uma análise histórica das relações entre Cuba e Caribe e o desenvolvimento dos ideais integracionista, apesar dos problemas conjunturais, ver, entre outros, o livro *Cuba y la integración de América Latina y Caribe*, de Eduardo K. Pevida, Santo Domingo, Ed. Promlibro, 1995; e o artigo *El Caribe en la política exterior cubana: una periodización*, de Gerardo Gonzáles, *Cadernos de Nuestra América*, La Habana, v. III, n. 16, 1991.

14 Se a aproximação parece ocorrer e se tornar viável no campo econômico, no aspecto político dois elementos parecem dificultar a mesma: por um lado, a percepção, residual mas ainda existente, de que Cuba seria um fator de instabilidade na região devido ao seu sistema político e as relações conflituosas com os EUA; e por outro lado, a sensação de que se o país ingressar numa transição capitalista certamente ocuparia o primeiro lugar na captação de investimentos estrangeiros, leia-se estadunidense (NUÑEZ, 1994, p. 25).

15 Como aponta Dominguez (2004), "Cuba ha logrado que los miembros del CARICOM se opongan a las políticas de EUA hacia Cuba. [...] La firma del acuerdo se habia demorado porque Cuba planteaba objeciones a las referencias a los derechos humanos y la democracia; al final, el CARICOM cedió basándose en que esa clase de referencias no existian en acuerdo similares que se habían alcanzado con otros países latinoamericanos" (DOMINGUEZ, 2004, p. 269).

oportunidades para o setor privado e as empresas estatais de México, Brasil, Argentina e Venezuela. Neste sentido, a partir de 2004, a inserção estratégica se desenvolveu dentro dos marcos da Aliança Bolivariana para os povos de América (ALBA), em resposta à política estadunidense de liberação comercial (ALCA) reforçando os laços com a Venezuela e dois aspectos da política externa cubana, desde a ascensão do governo revolucionário: **uma inserção crítica no cenário internacional**, particularmente a política estadunidense em relação à América Latina e, fundamental, **o exercício de uma “Diplomacia Social”**, alicerçada na utilização dos recursos humanos em diferentes áreas (saúde, educação, esporte, cultura...) para promover cooperação e conseguir, quando possível, os recursos necessários para a sobrevivência econômica do país.

Finalmente, outro traço importante das relações de Cuba com a América Latina refere-se à modificação do “*soft power*”<sup>16</sup> cubano (BANDEIRA, 1998; DOMINGUEZ, 1998a; GLEIJESES, 2003).

Ao longo das décadas anteriores, este esteve associado, em grande medida, a imagem revolucionária, isto é, ao exemplo que Cuba (sua liderança e suas realizações internas) inspirava aos países da região no que se refere à tomada de poder e as mudanças sociais que pareciam conduzir ao estabelecimento de uma sociedade igualitária. Nos anos 90, o *soft power* cubano adquire novas dimensões e contribui para o desenvolvimento de laços com a região.

Primeiro, através do desenvolvimento “Diplomacia Médica” que, como aponta Julie Feinsilver<sup>17</sup>, pode ser compreendida por:

En los análisis sobre la política exterior cubana se há pasado por alto la diplomacia médica. Sin embargo, ella ha sido parte integral de casi todos los acuerdos de cooperación y ayuda que Cuba ha consagrado historicamente al fortalecimiento de sus lazos diplomáticos con otros países del Tercer Mundo. Decenas de países han recibido asistencia médica cubana de largo plazo, y muchos otros han recibido ayuda a corto plazo en respuesta a situaciones de emergencia. La ayuda médica cubana llega a millones de personas en el Tercer Mundo anualmente a través del suministro directo de atención sanitaria, y a miles anualmente a través de programas de educación y entrenamiento en la esfera de la salud, tanto en Cuba como en el extranjero. El impacto positivo de esta ayuda en la salud de poblaciones del Tercer Mundo ha mejorado considerablemente las relaciones de Cuba con otros países y ha aumentado el capital simbólico de Cuba entre gobiernos, organizaciones internacionales e intelectuales que, en el Tercer Mundo, a menudo juegan un papel importante en la formación de opinión pública y la política pública (FEINSILVER, 1993 apud ALZUGARAY, 2003, p. 27).

Pode-se afirmar que tal atuação tem contribuído para o desenvolvimento do “*soft power*” cubano, fortalecendo os laços com outros países, no âmbito estatal e societal. Além disto, tal ação significa uma atua-

16 Para Nye, o conceito se refere “Ele coopta as pessoas em vez de coagi-las. O poder brando se arrima na capacidade de definir a agenda política para formar as preferências dos demais [...] É a capacidade de seduzir e atrair. E a atração geralmente leva a aquiescência e a imitação” (NYE, 2002, p. 36-37). Em suma, está ligado aos fatores econômico, tecnológico e ideológico.

17 Para uma análise mais aprofundada do conceito ver o livro do autor *Healing the masses: Cuban Health Politics at Home and Abroad*. Berkeley: University of Califórnia Press, 1993.

lização do conceito de internacionalismo proletário, agora menos ideológico, enfatizando o trabalho social que o país desenvolve em relação às nações mais desfavorecidas, atingidas por catástrofes naturais ou com problemas em determinadas áreas.

Outro aspecto relevante é que tal atividade permite que o governo cubano continue enviando uma parte significativa de sua população para trabalhar em outros países, agora sem o conteúdo militar das iniciativas desenvolvidas ao longo da guerra fria, reforçando seus laços com o regime e ampliando a capacidade de manter o consenso interno. De outra parte, principalmente através de programas de treinamento educacional, como o significativo caso da “Escuela de las Américas” (ELAM), voltada à formação de futuros profissionais de medicina de setores empobrecidos em seus países de origem que possuem dificuldade de acesso ao ensino superior, faz com que a revolução cubana continue exercendo seu poder sedutor em parcelas importantes da população dos países de onde procedem estes estudantes.

Finalmente, convém ressaltar que tal atuação não se restringe ao campo médico, embora este seja o exemplo mais significativo, mas abrange outras áreas em que o país tem um desempenho importante no cenário internacional, estendendo-se hoje à educação, ao esporte, a cultura e certas áreas do conhecimento científico. Isto parece sugerir que, para além da Diplomacia Médica, estamos assistindo a emergência de uma “**Diplomacia Social**”, como uma estratégia importante para a ampliação e o fortalecimento de laços políticos e, além disto, para a captação de recursos indispensáveis à recuperação econômica do país, modificando a natureza do *soft power* cubano e contribuindo para o desenvolvimento de parceria e confiança com outras nações.

Tal diplomacia, fundamentada nas áreas de reconhecido avanço da Revolução Cubana (saúde, educação, esporte, cultura...) contribuem para o desenvolvimento de uma imagem positiva do país e o fortalecimento de laços com a região, relaciona-se ao aproveitamento do capital humano do país em ações nas regiões mais carentes do continente, e também do mundo, apoiando (de forma permanente ou temporária) países que enfrentam catástrofes naturais e graves problemas sociais.

Finalmente, apesar dos avanços significativos ao longo da década de 90, a relação com a América Latina ainda é marcada por focos de tensão e conflito, derivados da atuação e perspectiva cubana no cenário internacional. Tal tensão é derivada do frágil equilíbrio da vigência (e promoção) dos ideais revolucionários cubanos e a necessidade de manter relações estatais normais com os países da região, bem como do respeito a política interna de ambos lados. Desta forma, como aponta López Segrera (1995, p. 133):

Um dos grandes desafios que terá de enfrentar a projeção internacional de Cuba na região (como dissemos ao nos referirmos ao caso de El Salvador) decorre da necessidade de conciliar o desenvolvimento das relações estatais (e com os setores do capitalismo local) com seus vínculos com as organizações políticas, sociais, religiosas e de todo tipo que representam o movimento popular, mais ainda quando as políticas do Fundo Monetário Internacional excluem amplas massas da sociedade latino-americana.

## CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, procuramos analisar os desafios enfrentados pela liderança cubana nos anos 90 e os principais aspectos da relação de Cuba com a América Latina naquela década. Neste sentido, procuramos contextualizar tal ação, apresentando os impactos econômicos e sociais e os dilemas impostos ao país com o fim do socialismo soviético que, além de inserir o país em sua mais grave crise econômica e social desde o advento da Revolução, obrigou-o a reorganizar todo seu sistema de relações internacionais.

Como apontamos, a relação com a América Latina foi determinada por uma dupla dinâmica: a combinação tensa entre o **desenvolvimento dos ideais revolucionários e o exercício de uma política formal** (de caráter estatal) por um lado, e, de outro, a interação entre a lógica do isolamento e da integração, que complementam o aspecto anteriormente destacado. Tal dinâmica foi permeada **pela lógica da sobrevivência e pela redefinição do interesse nacional** que condicionou a política interna e externa do país no período.

Finalmente, procuramos destacar que em relação à América Latina ocorreu um reestabelecimento e fortalecimento dos laços político-diplomáticos e econômicos. Desta forma, Cuba conseguiu superar, ainda que não definitivamente, o isolamento que a nova ordem internacional parecia impor, ampliando as relações e parcerias com os países latino-americanos, na política e na economia. A novidade é que, em grande medida, tais parcerias foram consolidadas com base em uma nova modalidade de *soft power*, “a diplomacia social” que o país impulsionou desde a queda do bloco soviético e que serve para melhorar a imagem do país perante a comunidade internacional. Ainda, tal aproximação com a região implica tensões derivadas dos ideais (e ações) da Revolução Cubana, e sua perspectiva crítica em relação à ordem internacional, com a manutenção dos laços com a região. Desta interação dependerá o aprofundamento dos laços.

## REFERÊNCIAS

ALMENDRA, Carlos C. A situação econômica cubana diante da queda do Leste Europeu. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Revolução cubana: história e problemas atuais**. São Paulo: Ed. Xamã, 1998. p. 135-154.

ALZUGARAY, Carlos. **La política exterior de Cuba en la década de 90: intereses, objetivos y resultados**. Política Internacional, La Habana, v. 1, n. 1, p. 14-32, ene./jul. 2003.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo:

Editora UNESP, 2002.

\_\_\_\_\_. **A revolução cubana.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel:** a Revolução Cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

\_\_\_\_\_. **CUBA:** do socialismo dependente ao capitalismo. Brasília: Contexto Internacional, 1996. Disponível em: <www.relnet.com.br>. Acesso em: 15 jul. 2011.

CASANOVA, Pablo. **América Latina:** história de meio século. Brasília: UNB, 1990. 4 v.

CASTRO, Roberto Verrier. Las transformaciones de la economía cubana. **Instituto de Estudios Avanzados,** São Paulo, n. 39, abr. 2001.

CEPAL. **La economía cubana.** Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

CHÁVES, Ernest R. La proyección exterior de Cuba hacia América Latina en la llamada cubanología. **Cadernos de Nuestra América,** La Habana, v. 2, n. 14, p. 280, jul. 1990.

COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Revolução cubana:** história e problemas atuais. São Paulo: Ed. Xamã, 1998.

DEBRAY, Régis. **A revolução na revolução.** São Paulo: Centro Ed. Latino Americano, 1980.

DOMINGUEZ, Jorge I. **Cuba en las Américas:** ancla y viraje. Foro Internacional, Ciudad de México, v. 43, n. 3, p. 265, jul./sept. 2003.

\_\_\_\_\_. La política exterior de Cuba y el sistema internacional. In: TULCHIN, Joseph; ESPACH, Ralph. **América Latina en el nuevo sistema internacional.** Barcelona: Bellaterra, 2004. p. 255-286.

\_\_\_\_\_. Cuba, 1959-1990. In: BETHELL, Leslie. **História de América Latina.** Barcelona: Grijalbo Mondadori, 1998.

\_\_\_\_\_. La política de los EUA hacia Cuba durante la segunda presidencia de Clinton. **Palabra Nueva,**

La Habana, v. 3, p. 28-43, dic. 1998.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GARCIA LUIZ, Julio. **Revolución cubana**: 40 grandes momentos. La Habana: Política, 2000.

GLEIJESES, Piero. Las motivaciones de la política exterior cubana. **Política Internacional**, La Habana, v. 1, n. 1, p. 99-119, ene./jul. 2003.

GÓMEZ, Gonzáles. **Relaciones Cuba-EUA**: los enemigos más cercanos en el umbral del siglo XXI. Política Internacional, La Habana, v. 1, n. 1, p. 33-46, ene./jul. 2003.

GUERCIO, Maria Rita.; CARVALHO, Dorisney de. Cuba e EUA: uma história de hostilidades. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Revolução cubana**: história e problemas atuais. São Paulo: Ed. Xamã, 1998.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LÓPEZ SEGRERA, Francisco. **Cuba**: política exterior y revolución. La Habana: ISRI, 1988.

\_\_\_\_\_. **Cuba cairá?** Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTÍNEZ HEREDIA, Fernando. **Sociedad, transición y socialismo en Cuba**. La Habana: Cópia Heliográfica, 2000. 40 p.

MESA-LARGO, Carmelo. Hacia una evaluación de la actuación económica y social em la transición cubana de los años noventa. **América Latina Hoy**, Salamanca, n. 18, p. 19-39, mar. 1998.

MOLINA, Ernesto. **La economía cubana en el contexto caribeño**. La Habana: ISRI, cópia heliográfica, 2002.

MORALES DOMINGUEZ, Esteban. Cuba-EUA: las esencias de una confrontación. **Cuadernos de Nuestra América**, La Habana: CEA, v. 17, n. 33, p. 165-188, ene./jul. 2004.

NYE, Joseph Jr. **O paradoxo do poder americano**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2002.

NUÑEZ, Gerardo. Las relaciones Cuba-Caribe: cambios y continuidades en los años 90. **Texto y Contexto**, **Santa Fé**, Colômbia, n. 24, mayo/ago. 1994.

PCUS. **La política exterior de la Cuba socialista**. Moscou: Progreso, 1980.

PISANI, Miguel Estéfano. **Política exterior de la revolución cubana**. La Habana: Ciências Sociales, 2002.

\_\_\_\_\_. **Cuba en lo internacional**. La Habana: Ciências Sociales, 1988.

RIVEREND, Julio Le. Cuba: do semicolonialismo ao socialismo, 1933-1975. In: CASANOVA, Pablo G. **América Latina: história de meio século**. Brasília: UNB, 1990. p. 59-115.

SADER, Emir. **Cuba: um socialismo em construção**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SADER, Emir (Org.). **Por que Cuba?** Rio de Janeiro: Revan, 1991.

SANCHEZ-PARODI, Ramón. Raíces e atuação da política externa cubana. **Política Externa**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 153-167, 1998.

SARTRE, Jean-Paul. **Furacão sobre Cuba**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1986.

SUÁREZ SALAZAR, Luis. **Madre América: un siglo de violencia y dolor (1898-1998)**. La Habana: Ciencias Sociales, 2006.

\_\_\_\_\_. La política de la Revolución cubana hacia América Latina y el Caribe: notas para una periodización. **Cadernos de Nuestra América**, La Habana, v. 3, n. 6, p. 137-180, jul./dic. 1986.